



OPERAÇÃO CARBONO OCULTO

Receita Federal enquadra fintechs

Após megaoperação que desarticulou esquema bilionário ligado ao PCC, Fisco publica nova instrução normativa que exige das instituições financeiras digitais as mesmas obrigações de transparência e de fornecimento de informações cobradas dos bancos

» RAFAELA GONÇALVES
» ALINE GOUVEIA

Um dia após a deflagração da megaoperação que desarticulou um esquema de fraudes e lavagem de dinheiro ligado à facção Primeiro Comando da Capital (PCC), a Receita Federal partiu para o cerco às fintechs. Uma nova instrução normativa foi publicada, ontem, pelo órgão, exigindo das plataformas digitais de serviços financeiros o mesmo nível de transparência aplicado aos bancos.

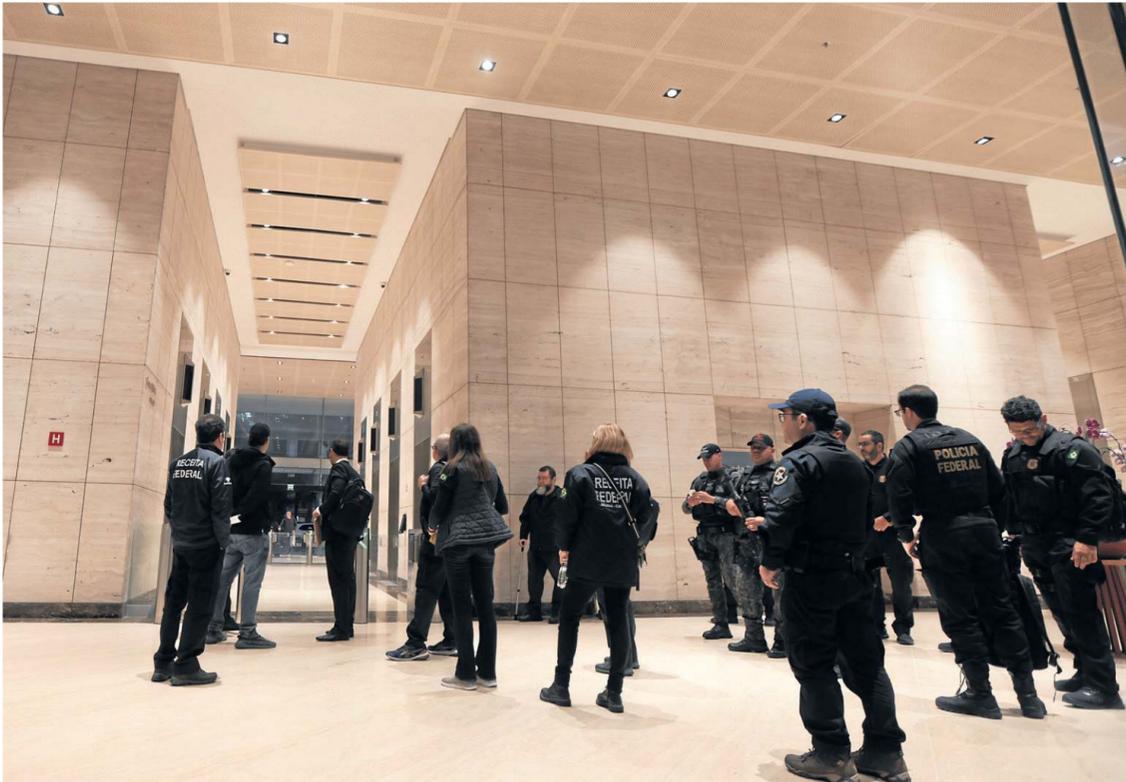
Segundo a Receita, o objetivo é combater os “crimes contra a ordem tributária, inclusive, aqueles relacionados ao crime organizado, em especial a lavagem ou ocultação de dinheiro e fraudes”.

Na quinta-feira, horas depois da deflagração da operação, a Receita havia anunciado que publicaria a nova instrução, sob a justificativa de que “fintechs têm sido utilizadas para lavagem de dinheiro nas principais operações contra o crime organizado porque há um vácuo regulamentar, já que elas não têm as mesmas obrigações de transparência e de fornecimento de informações a que se submetem todas as instituições financeiras do Brasil há mais de 20 anos”.

O Fisco também ressaltou que, no ano passado, havia publicado uma instrução normativa que estendia às fintechs as obrigações de transparência e prestação de informações, com vigência prevista para janeiro de 2025, mas que “uma onda de desinformação e boatos, que atribuíram erroneamente a essa norma uma tributação sobre os pagamentos via Pix, acabou prejudicando o uso desses meios de pagamento, levando a Receita a retroceder e revogar a normativa”.

À época, um dos principais opositores à norma foi o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG). Um vídeo feito por ele, ligando a

Estação Conteúdo



Instituições financeiras sediadas na Avenida Faria Lima, em São Paulo, foram alvo de mandados cumpridos pela PF e pela Receita Federal

determinação da Receita à taxação do Pix, viralizou nas redes sociais.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atacou o parlamentar mineiro, sem citar o nome dele, e o acusou de beneficiar o crime organizado ao lançar o vídeo. “Tem um deputado que fez uma campanha contra as mudanças que a Receita Federal propôs e, agora, está provando que o que ele estava fazendo era defender o crime organizado, e nós não vamos dar trégua para o crime organizado”, enfatizou, em entrevista à Rádio Itatiaia, de Minas Gerais.

Nikolas Ferreira, por sua vez, reagiu à declaração do presidente. Chamou a fala de “canalhice”. “Irei à Justiça para que responda por essa difamação, assim como farei com todos os demais. Estou compilando tudo”, frisou.

Adulteração

A Operação Carbono Oculto, deflagrada pela Polícia Federal em parceria com a Receita Federal, o Ministério Público e secretarias estaduais, desarticulou um esquema

bilionário do PCC de adulteração e comércio ilegal de combustíveis, que envolveu o mercado financeiro. O grupo importava metanol de forma fraudulenta — produto autorizado apenas para uso industrial — e desviava a carga diretamente para postos controlados pelo crime organizado.

Para lavar o dinheiro, a quadrilha usava instituições de pagamento digitais, as fintechs, em vez de bancos tradicionais, o que dificultava o rastreamento das transações. A Receita

identificou, também, pelo menos 40 fundos de investimento, entre multimercado e imobiliários, com patrimônio estimado em R\$ 30 bilhões, que eram controlados pela organização criminosa. A ação resultou no bloqueio de mais de R\$ 4 bilhões em bens ligados ao esquema.

Ao **Correio**, a Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs) disse que apoia a instrução normativa publicada pela Receita e afirmou estar comprometida com a “transparência, a segurança e a

conformidade regulatória”.

“A atualização vem em um bom momento, mas já era necessária há bastante tempo (...) a ABFintechs continuará atuando de forma proativa, com iniciativas como o selo Fintech Segura, a criação de um selo específico de combate à lavagem de dinheiro e a formalização de convênios para colaboração estruturada com as autoridades”, destacou a associação.

O advogado Tiago Severo — especialista em regulação do sistema financeiro e sócio do escritório Panucci, Severo e Nebias — explicou que a nova instrução da Receita Federal não cria nenhum imposto sobre operações digitais. “Não há criação de novo tributo ou mudança de alíquotas. As instruções normativas tratam apenas de obrigações acessórias, ou seja, envio de informações, sempre sob sigilo fiscal e bancário”, afirmou.

De acordo com Janny Castro, sócia da consultoria tributária Forvis Mazars, a fragilidade da supervisão do Banco Central é um dos fatores que têm permitido a atuação ilícita de algumas fintechs. “Torna-se quase impossível uma avaliação minuciosa das práticas aplicadas por cada entidade para atendimento às obrigações regulatórias”, ressaltou.

Segundo ela, embora a autoridade monetária utilize processos automatizados de avaliação de risco e supervisão remota por meio de questionários, esses mecanismos não conseguem identificar irregularidades de forma tempestiva.

Outro ponto crítico está nas relações comerciais entre bancos e fintechs para liquidação de contas, conhecidas como “bolsões”. Nesse modelo, os bancos não têm acesso aos dados dos clientes finais, o que dificulta a verificação das práticas de prevenção adotadas pelas fintechs. (Colaboraram **Fernanda Strickland** e **Victor Correia**)

» Entrevista | CLÁUDIO FERRER | SUPERINTENDENTE DA RECEITA EM SÃO PAULO

“Estado tem de ser mais organizado que crime”

» CAETANO YAMAMOTO*

Superintendente-adjunto da Receita Federal em São Paulo, Cláudio Ferrer de Souza destacou a importância do trabalho conjunto de órgãos do Estado na megaoperação contra o PCC. “Isso é uma lição que a gente tem para o futuro, de cada instituição não agir de forma isolada. O crime é organizado, mas o Estado precisa ser mais organizado que o crime”, disse, em entrevista às jornalistas Rafaela Gonçalves e Raphaela Peixoto. O auditor fiscal também enfatizou a necessidade de o Fisco entrar no sistema de segurança pública para auxiliar nas investigações. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como avalia a megaoperação deflagrada contra o PCC?

É importante reverberar que a atividade conjunta dos órgãos de Estado faz diferença. A gente só conseguiu ter o resultado dessa megaoperação, não pela Receita Federal, mas pela cooperação institucional entre vários órgãos do Estado. Isso é uma lição que a gente tem para o futuro, de cada

instituição não agir de forma isolada. O crime é organizado, mas o Estado precisa ser mais organizado que o crime.

Quais pontos o senhor destaca dessa ofensiva?

Gostaria de reforçar a necessidade de a Receita Federal entrar no sistema de segurança pública. A gente tem falado isso a todo momento, porque as polícias têm a competência de investigação, mas isso pode ser potencializado com as informações presentes na administração tributária. A Receita Federal do Brasil talvez seja o maior banco de dados da América Latina.

Qual foi o papel da Receita na megaoperação?

A participação da Receita Federal foi muito importante. E a grande novidade, agora, foi esse entrosamento. O objetivo foi quebrar essa espinha dorsal financeira. Porque a gente tem o trabalho tradicional de investigação, que é feito pelas polícias, mas elas não entendem, muitas vezes, como a economia formal, como o comércio exterior

Reprodução



operam. Quem tem esse conhecimento são as administrações tributárias em vários países do mundo. Administrações aduaneiras, do comércio exterior e tributárias fazem parte, inclusive, da segurança pública, porque é importante que essas informações subsidiem as investigações. Então, a partir de uma série de investigações feitas

por Polícia Federal, Gaecos (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), Ministérios Públicos e Receita Federal começou-se a perceber que o produto do crime organizado entrava no país por meio de importações, com uma série de problemas.

Quais foram os problemas que os

esquemas ilícitos trouxeram para o país?

Existem basicamente dois grandes problemas. O primeiro era interpor empresas fraudulentas para evitar a ligação das importações (de metanol) com o próprio crime. Então, você criava uma empresa e tentava esconder que isso era importado. E a questão da adulteração dos combustíveis. A importação de metanol é autorizada apenas para determinadas indústrias químicas no país. E o que acontecia? Você tinha a importação, e a Receita Federal identificava essa importação. Só que o produto, em vez de ir para essas indústrias químicas autorizadas, era desviado diretamente para os postos de gasolina ligados ao crime organizado, para se adulterar o combustível. Essa foi, então, grande parte de participação da Receita Federal. Depois, a partir da própria cadeia de combustível que foi identificada, com apoio principalmente das polícias e do Ministério Público, começamos a analisar a questão da movimentação financeira do crime organizado. Hoje, a gente tem uma

falha grande no sistema de prevenção de lavagem de dinheiro no Brasil, que são as fintechs.

Qual é a relação das fintechs com o crime organizado?

As fintechs conseguiram se esconder do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro. E, com isso, toda essa movimentação financeira, produto do crime, eles (criminosos) conseguiram desviar para seu usufruto. Fundos de investimento começaram a ser utilizados pelo crime organizado, não para investimento, mas para blindagem patrimonial e ocultação. Hoje, os fundos de investimento no Brasil podem ser proprietários de empresas, de imóveis. Por isso entra a Faria Lima (centro financeiro de São Paulo), porque ali você tem uma estrutura complexa, com camadas. Na verdade, é um grande quebra-cabeça que a Receita Federal montou desde a importação, junto com a investigação policial, até chegar ao produto do crime organizado.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa